



ESPELHO DE RESPOSTAS DA PROVA DISSERTATIVA

CARGO: AUDITOR MUNICIPAL DE CONTROLE INTERNO

PROVA DISSERTATIVA – RASCUNHO

INSTRUÇÕES: A **prova dissertativa** não poderá ser assinada, rubricada, ou conter, em outro local que não seja o campo específico para a assinatura do candidato nas folhas de texto definitivo, qualquer palavra ou marca que a identifique, sob pena de ser anulada. **A detecção de qualquer marca identificadora no espaço destinado à transcrição do texto definitivo acarretará a eliminação do candidato do concurso público.** O texto definitivo será o único documento válido para a avaliação da prova dissertativa. A folha para rascunho é de preenchimento 1 questão dissertativa facultativo, e não vale para finalidade de avaliação. A **prova dissertativa** consistirá na elaboração de **1 redação, 1 estudo de caso e 1 questão dissertativa**, que deverá ser respondida com um texto dissertativo-argumentativo, no caso da redação e estudo de caso, e com um texto dissertativo, no caso da questão dissertativa. O candidato deverá redigir, **no mínimo, 15 e, no máximo, 30 linhas** para a redação e, **no mínimo, 15 e, no máximo 20 linhas** para o estudo de caso e para a questão dissertativa. Não será considerado texto escrito fora do local apropriado, que não atingir a quantidade mínima de linhas e/ou que ultrapassar a extensão máxima estabelecida.

Redação:

Leia o texto a seguir:

A política pública é considerada a resultante de uma série de atividades políticas que, agrupadas, formam o processo político. Na concepção do ciclo de políticas, essa visão permite identificar e analisar os processos político-administrativos, os mecanismos e as estratégias definidas para a realização da política, bem como o comportamento dos diferentes atores envolvidos. O ciclo é uma abordagem que identifica fases sequenciais e interativas-iterativas: a formação da agenda, a formação de alternativas e tomada de decisão, a implementação (acompanhada do monitoramento) e a avaliação. A correta compreensão deste ciclo é de fundamental valia para o gestor, favorecendo o entendimento do processo e auxiliando-o a refletir com clareza sobre como e mediante quais instrumentos as políticas poderão ser aperfeiçoadas. Enquanto o monitoramento facilita a consecução dos objetivos durante a execução, a avaliação julga os resultados segundo critérios de valor, subsidiando os ajustes necessários para que os resultados esperados sejam efetivamente obtidos.

(Fonte: Políticas públicas / Maria das Graças Rua. – 3. ed. rev. atua. – Florianópolis : Departamento de Ciências da Administração / UFSC; [Brasília] : CAPES : UAB, 2014. Adaptado.)

Considerando o texto acima, redija um texto dissertativo-argumentativo com, no mínimo, 15 linhas e, no máximo, 30 linhas, abordando o seguinte tema:

"O Ciclo de Políticas Públicas como Instrumento de Gestão e o Papel do Aperfeiçoamento Institucional"

Em seu texto, aborde, necessariamente, os seguintes aspectos:

1. A importância da identificação das fases do ciclo para a clareza do processo decisório;
2. A relação entre monitoramento e implementação como mecanismos de intervenção na realidade;
3. O papel da avaliação na retroalimentação do ciclo e na garantia da eficiência dos resultados.

O ciclo de políticas públicas constitui um modelo analítico essencial para a eficiência administrativa, permitindo ao gestor compreender a política como um processo dinâmico e interativo. A identificação das fases sequenciais — como a formação da agenda, a formulação de alternativas e a tomada de decisão — é crucial para conferir clareza ao processo decisório. Esse mapeamento permite discernir os diversos atores envolvidos e as estratégias adotadas em cada estágio, transformando demandas sociais em ações governamentais tecnicamente estruturadas.

Nesse contexto, a implementação e o monitoramento operam como mecanismos fundamentais de intervenção na realidade. Enquanto a implementação traduz as decisões políticas em rotinas executivas das organizações, o monitoramento atua de forma concomitante para assegurar que a execução não se desvie dos objetivos propostos. Trata-se de um instrumento de gestão proativo que permite identificar falhas operacionais em tempo real, garantindo que a intenção original do gestor se materialize em benefícios efetivos para a sociedade.

Por fim, a avaliação desempenha o papel crítico de retroalimentação do ciclo. Ao julgar os resultados alcançados com base em critérios de valor e eficiência, a avaliação fornece o subsídio necessário para o aperfeiçoamento institucional. É por meio dessa etapa que se fecha o ciclo político-administrativo, gerando o aprendizado necessário para decidir pelo ajuste ou continuidade da política, o que assegura a otimização dos recursos públicos e a entrega de valor à municipalidade.



Estudo de caso:

Leia o caso hipotético abaixo.

O Município Beta, ao encerrar o exercício financeiro de 2025, apresentou as seguintes situações detectadas pela Unidade de Controle Interno:

1. Os recursos vinculados ao Fundo Municipal de Saúde não possuem registro próprio, sendo escriturados de forma global junto à conta única do Tesouro Municipal;
2. As inscrições em Restos a Pagar foram realizadas sem o detalhamento da natureza e do tipo de credor, dificultando a aferição da variação da dívida pública;
3. Devido a problemas técnicos no sistema de custos, o município não logrou êxito em encaminhar suas contas consolidadas ao Poder Executivo da União até o dia 30 de abril de 2026.

Na qualidade de Auditor Municipal de Controle Interno, redija um texto dissertativo-argumentativo, analisando a conformidade dessas situações perante a Lei de Responsabilidade Fiscal (LC nº 101/2000). Seu texto deve contemplar obrigatoriamente:

- A regra de escrituração para recursos vinculados e dívida pública (Art. 50);
- As obrigações de prazo e as sanções institucionais previstas para o ente federado (Art. 51).

A Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF) estabelece normas rígidas de escrituração para garantir a transparência e o controle das contas públicas. No caso do município Beta, a ausência de registro individualizado para os recursos vinculados ao Fundo de Saúde fere o Art. 50, I, da LRF, que exige a identificação segregada de disponibilidades vinculadas a órgãos e fundos. Da mesma forma, a inscrição em Restos a Pagar sem o detalhamento da natureza e do tipo de credor impossibilita a correta demonstração da variação da dívida pública, contrariando o inciso V do mesmo artigo. Além das falhas na escrituração, o descumprimento do prazo de 30 de abril para o encaminhamento das contas ao Poder Executivo da União configura grave infração ao Art. 51, § 1º. Essa omissão gera sanções imediatas e severas ao município: conforme o § 2º do Art. 51, o ente fica impedido de receber transferências voluntárias e de contratar operações de crédito (salvo para refinanciamento da dívida mobiliária) até que a situação seja regularizada. Portanto, cabe ao controle interno recomendar a correção imediata dos registros e o envio das contas para evitar a paralisia financeira e administrativa do município.

Dissertativa:

No âmbito da Administração Pública, a classificação dos atos administrativos é fundamental para determinar sua aptidão em produzir efeitos no mundo jurídico. Um dos critérios utilizados pela doutrina é o da **exequibilidade**, que analisa a capacidade do ato de gerar consequências imediatas ou futuras.

Com base nos conceitos de exequibilidade do ato administrativo, redija um texto dissertativo abordando os seguintes pontos:

1. A diferenciação entre ato perfeito e ato imperfeito, mencionando a distinção entre perfeição e validade;
2. As características que definem o ato pendente e o ato consumado.

A exequibilidade de um ato administrativo refere-se à sua capacidade de produzir efeitos jurídicos. Nesse contexto, o ato é considerado perfeito quando completa todo o seu ciclo de formação, estando em condições de gerar efeitos. É fundamental não confundir perfeição com validade: a primeira foca nas etapas de formação exigidas por lei, como a publicação, enquanto a segunda trata da conformidade do ato com o ordenamento, como a competência da autoridade. Por outro lado, o ato imperfeito é aquele que não completou seu ciclo de formação, carecendo de requisitos como homologação ou aprovação, o que impede o início do prazo de prescrição.

Diferente do ato imperfeito, o ato pendente já completou sua formação, porém seus efeitos ficam suspensos por estarem sujeitos a uma condição ou termo específico. Por fim, o ato consumado é aquele que já exauriu integralmente seus efeitos jurídicos. Por ter alcançado sua finalidade, ele se torna definitivo e não pode mais ser impugnado nas vias administrativa ou judicial, remanescendo apenas a possibilidade de apuração de responsabilidade civil, administrativa ou criminal caso tenha havido ilicitude ou dano a terceiros. Assim, o Auditor deve distinguir tais estados para assegurar a correta aplicação da lei.